

BOLSA FAMÍLIA INFORMA

Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – Senarc

Nº 502 • 7 de abril de 2016

Mais de 1,4 milhão de famílias atualizaram os dados na Revisão Cadastral 2015

Desse total, 1,1 milhão continuam no Bolsa Família. Saíram do Programa as famílias que não fizeram a atualização cadastral ou que melhoraram de renda

O prazo da Revisão Cadastral 2015 terminou no último dia 11 de março, e mais de 1,4 milhão de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) atualizaram os dados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único). Dessas, cerca de 1,1 milhão de famílias continuam no PBF, o que demonstra como a Revisão contribui para manter o foco do Bolsa Família na população mais pobre.

O total de famílias que atualizaram os cadastros representa 76,1% do público inicial — de 1,95 milhão de famílias. Esse contingente foi dividido em dois lotes (1 e 2), com datas diferentes de repercussão nos benefícios a cada etapa do processo. A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), reconhece e agradece o esforço das gestões municipais para atender a população, pois, sem as equipes locais, esses resultados não teriam sido alcançados.

O balanço da Revisão Cadastral 2015 também mostra que 343.125 famílias declararam renda mais alta, ultrapassando o limite para continuar no PBF. Além disso, 467.157 famílias não compareceram para atualizar os dados cadastrais dentro do prazo estabelecido pela Instrução Operacional nº 76, reeditada em 6 de agosto de 2015. Esses grupos totalizaram 810.282 famílias, que tiveram o benefício cancelado nas folhas de janeiro ou de março de 2016, conforme o lote a que pertenciam.

Em ambos os lotes, 261.367 mil famílias permaneceram no Programa, mas tiveram alteração no valor do benefício. É que elas superaram a extrema pobreza, passando a receber apenas os valores referentes aos Benefícios Variáveis ou ao Benefício Vinculado ao Adolescente (BVJ). Esse número está incluído no total de 1,1 milhão de famílias que continuam no PBF, citado no início deste informe.

Confira os resultados:

| Lotes | Famílias que saíram do PBF ao final da Revisão Cadastral 2015 | | |
|--|--|--|------------------------------|
| | Não compareceram para atualizar os dados cadastrais nos prazos estipulados | Atualizaram o cadastro e passaram a ter renda acima do limite para receber o PBF | Total por lote |
| Lote 1 — desligamentos em janeiro de 2016 | 214.209 | 185.331 | 399.540 |
| Lote 2 — desligamentos em março de 2016 | 252.948 | 157.794 | 410.742 |
| Total por motivo | 467.157 | 343.125 | Total geral — 810.282 |

| Lotes | Famílias que continuam no PBF, mas com alteração de valor por terem melhorado de renda. Passaram a receber apenas os benefícios variáveis e/ou o BVJ |
|---|--|
| Lote 1 — mudança a partir de janeiro de 2016 | 137.468 |
| Lote 2 — mudança a partir de 2016 | 123.899 |
| Total | 261.367 |

Todos os cancelamentos ocorreram de modo automático, sem necessidade de ação da gestão municipal. As famílias desligadas do PBF por desatualização ainda podem procurar os municípios para atualizar os dados no Cadastro Único e voltar a receber o benefício, caso mantenham o perfil de renda estabelecido pelo Programa. A reversão de cancelamento deverá ser feita diretamente no Sistema de Benefícios ao Cidadão (Sibec), após a atualização cadastral. O prazo para a atualização no Cadastro Único e a reversão de cancelamento no Sibec é de até 180 dias após o cancelamento dos benefícios.

A Revisão Cadastral é um procedimento anual e regular do Programa Bolsa Família, regulamentado pela [Portaria GM/MDS nº 617, de 11 de agosto de 2010](#). Seu objetivo é verificar se as famílias beneficiárias ainda atendem às regras do Programa, garantindo que as informações cadastrais estejam sempre de acordo com a sua realidade.

Exceção para situações de calamidade pública

A partir de novembro de 2015, e somente para aqueles municípios com ações especiais por causa de situação de emergência ou de calamidade pública, o MDS decidiu prorrogar o prazo de recadastramento das famílias no processo de atualização cadastral e interromper por dois meses os efeitos na gestão de benefícios. Por exemplo, o município que declarou emergência em outubro não teve repercussões nos benefícios devido à Revisão Cadastral nos meses de novembro e dezembro, retornando ao ponto de onde parou em janeiro. Com isso, 57.121 famílias em 206 municípios foram beneficiadas.

Países trocam experiências sobre integração de dados

Nos dias 5 e 6 de abril, o MDS e o Banco Mundial (a partir da Iniciativa Brasileira de Aprendizagem por um Mundo Livre de Pobreza — *World Without Poverty/ WWP*) realizaram em Brasília o Seminário Internacional de Integração de Bases de Dados e Sistemas de Informação para o Aperfeiçoamento de Políticas Públicas. Mais de 200 participantes — entre representantes de diversos órgãos do governo federal e dos estados e também de outros países — prestigiaram o encontro, que teve como objetivo discutir inovações e tecnologias que facilitem o acesso do cidadão a serviços e a programas sociais. Também foram temas de debate iniciativas que permitem aos governos “enxergar” o(a) cidadão(ã) de forma integral, verificando o conjunto de políticas públicas que chegam até ele(a).

Palestrantes da Austrália, do Chile, da Letônia, do Uruguai e da Argentina abordaram os desafios que enfrentaram em seus países para aumentar a integração e a qualificação dos dados nos registros administrativos. Além disso, as pesquisadoras Kathy Lindert, Economista-Chefe para Proteção Social e Trabalho do Banco Mundial, e Valentina Barca, Consultora da *Oxford Policy Management*, apresentaram um panorama sobre modelos de integração e interoperabilidade para programas sociais.

Com os debates, o MDS pretende aprofundar o conhecimento sobre as experiências internacionais e refletir sobre o que pode ser aplicado no aperfeiçoamento do Cadastro Único, como instrumento de integração de políticas e de diagnóstico das necessidades dos cidadãos de baixa renda. O Cadastro Único possui dados de mais de 26 milhões de famílias, totalizando 80 milhões de pessoas.

“No Cadastro Único, temos dados de 40% da população brasileira. [Integrar as bases de dados do governo] é fundamental para sabermos o perfil dessas pessoas e podermos desenhar e aprimorar as políticas públicas”, afirmou a Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, que esteve presente na abertura do seminário, na manhã de 5 de abril. Também fizeram parte da mesa inicial o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Valdir Simão, o Secretário Nacional de Renda de Cidadania, Tiago Falcão, e o Diretor do Banco Mundial para o Brasil, Martin Raiser.

Veja as reportagens sobre o seminário, disponíveis no *site* do MDS:

- [Experiências impressionam participantes de Seminário Internacional](#)
- [Integração das bases de dados vai facilitar a vida dos cidadãos](#)
- [Delegações estrangeiras visitam o Brasil para conhecer o Cadastro Único](#)
- [Cadastro Único ajuda na construção de políticas públicas](#)

ANOTE NA AGENDA

14 e 15 de abril — Encontro Regional do Congemas — Sul, em Foz do Iguaçu, no Paraná.

23 a 25 de maio — 18º Encontro Nacional do Congemas (Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social), em Brasília, no Distrito Federal.

PARA MAIS INFORMAÇÕES, entre em contato com a Central de Relacionamento do MDS, pelo endereço <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/contato> ou pelo telefone 0800 707 2003.